



Foto Adão Nascimento — Telefoto Estado

Durante encontro com parlamentares, Delfim anunciou que pretende eliminar as mordomias

# CMN decidirá sobre o IOF e juros 354

Da sucursal de  
BRASILIA

O ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, disse ontem que o Conselho Monetário Nacional CMN reúne-se hoje, às 10 horas, para definir três pontos: elevação das taxas de juros subsidiadas (rural, exportação e pequena e média empresas); redução do IOF sobre operações de crédito e suspensão do contingenciamento de crédito para o setor privado, que virá acompanhado de aumento do depósito compulsório.

Galvêas confirmou que a proposta "com mais respaldo" quanto ao crédito rural será a de elevar o custo do crédito, no Centro-Sul, para 85% da correção monetária e mais 3% de juros, e 70% de correção e 3% de juros para o Norte e Nordeste. Para as pequenas e médias empresas, a proposta é também de 70% e 3% de juros. Para as exportações, haverá uma redução gradual do subsídio no crédito — explicou Carlos Viacava, diretor da Cacex — de tal forma que a taxa de juros com 70% da correção monetária só começa a vigorar em 1º de janeiro de 84.

A redução do IOF de 4,6% para 1,5% não abrange as operações de crédito ao consumidor "porque não há interesse em estimular o consumo" nem as importações. Segundo o ministro da Fazenda, a perda de receita com a redução do Imposto sobre Operações Financeiras será compensada com outras medidas fiscais que o presidente João Figueiredo vai

decretar: antecipação do IR das instituições financeiras para julho e taxa das operações de open market em 4%. O ministro explicou que a idéia básica é "procurar fontes nos rendimentos de capital, das pessoas jurídicas, mas isso também não quer dizer que seja uma decisão". De fato, comentava-se ontem na área financeira que o contribuinte também terá antecipado o recolhimento na fonte. Galvêas explicou que o esquema das medidas fiscais é o seguinte: não dá para aumentar imposto no mesmo ano, portanto todas as medidas da área fiscal serão no sentido de antecipar o recolhimento.

A suspensão do contingenciamento do crédito para o setor privado, para os bancos comerciais e de investimento, começa a vigorar em 1º de julho. Galvêas explicou que permanece a contenção do crédito para o setor público — União, Estados e municípios e suas entidades. Mas a liberação do contingenciamento virá acompanhada de "algum acréscimo do depósito compulsório". Galvêas acha que essa medida conjugada ajudará a baixar a taxa de juro no mercado livre, e ajudará a controlar a moeda, impedindo a expansão dos meios de pagamentos e da base monetária. Ainda não está decidido se o aumento do compulsório recairá sobre os depósitos à vista ou a prazo ou sobre os dois, afirmou o ministro.

Enfatizou que o "objetivo de tudo isso é reduzir o déficit público, então, temos medidas de contenção

de despesas, de aumento de receita, e corte nos subsídios diretos e indiretos (os juros)". Explicou que as medidas fiscais também serão "comunicadas" ao Conselho Monetário Nacional. Essas medidas já foram devidamente discutidas com o presidente João Figueiredo, disse Galvêas.

## DESINDEXAÇÃO

O ministro da Fazenda esquivou-se, a princípio, de comentar uma eventual desindexação da economia, dizendo que quem sabia disso era o ministro Delfim Netto. Pouco depois, porém, indagado se a não-adoção do expurgo do INPC não inviabilizaria o "pacote", respondeu: "Acho que não. O peso maior da inflação está no déficit público e o pacote está destinado a reduzi-lo. Assim, não há necessidade de expurgo, embora o salário realmente a inflação".

Quanto à decisão de aumentar o custo do crédito à exportação, hoje em 40%, Galvêas garantiu que a medida não ameaça o desempenho do setor: "Nós fizemos uma máxi de 30%, e estamos mantendo essa máxi através de uma política de minidesvalorizações que acompanham a inflação. A taxa de juro hoje está aumentando o subsídio porque nós programamos esses juros para uma inflação de 70% e hoje ela está em quase 120%. Então, o subsídio aumentou muito. Os exportadores estão ganhando uma diferença inespérada, e assim qualquer elevação das taxas de juro é repor a situação anterior".